

RAIZE

PAGAMENTOS

RELATÓRIO E CONTAS 2018

ÍNDICE

	PÁGINA
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO	3
RELATÓRIO DE GESTÃO	
ESTRUTURA LEGAL E ORGANIZATIVA	7
PRINCIPAIS INDICADORES E DESTAQUES DA ATIVIDADE	8
HISTÓRIA DA RAIZE	9
ORGÃOS SOCIAIS	10
ESTRUTURA SOCIETÁRIA	12
ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE	17
GESTÃO DE RISCOS	21
OUTRAS INFORMAÇÕES E DECLARAÇÕES	23
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	24
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	25
ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	30
PARECER DA AUDITORIA	40

RAIZE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A. (base individual)

Sede: Rua Tierno Galvan – Amoreiras, Torre 3, 17º, 1070-274 Lisboa

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o número único de matrícula e de identificação 510 896 197.

Instituição de Pagamentos autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal com o nº 8711.

Sociedade Aberta cotada na Euronext Lisbon (mercado Euronext Access).

Quaisquer referências a normativos feitos no presente documento dizem respeito às respetivas versões atualmente em vigor.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2018 foi mais um ano de crescimento e afirmação nacional para a Raize. A Raize transformou-se nos últimos 3 anos num dos financiadores de referências das PME e numa das maiores comunidades de investimento em Portugal com uma base de investidores que ultrapassa atualmente as 44 400 pessoas. No total, já foram investidos através da Raize cerca de 21,8 milhões de euros em PME portuguesas, o que representa um aumento de +109% face a 2017. Em 2018, a Raize concretizou com sucesso a sua entrada em bolsa, promovendo a entrada de 1 419 novos acionistas no capital da Sociedade. Sejam bem-vindos.

“A Raize é hoje um dos financiadores de referência das PME”

Em 2018, a Raize processou um total de 39,6 milhões de euros em pagamentos, dos quais 11,4 milhões de euros referentes a Crédito a Empresas, e contou com o apoio de mais de 44,4 mil investidores de todo o país. Juntos, os investidores da Raize já injetaram mais de 21,8 milhões de euros nas empresas portuguesas. Ao todo, foram realizadas mais de 1 025 operações de financiamento, fazendo da Raize um dos financiadores de referência das PME em Portugal.

Em termos de rentabilidade, os investimentos obtiveram um retorno realizado de 6,47%, em linha com os últimos 2 anos. No total, os investidores realizaram uma rentabilidade média acumulada de 30,37% nos últimos anos¹.

No mercado de cessões (onde os investidores podem obter liquidez para os seus empréstimos), registámos um total de 91 289 transações com um valor global de 4,3 milhões de euros, o que se traduziu numa situação de “liquidez ao minuto” para posições abaixo de 500 euros.

Do lado das PME, a Raize é hoje um dos financiadores de referência em Portugal. Financiámos empresas de norte a sul, no continente e nas ilhas, com prazos de aprovação e formalização muito curtos – tipicamente entre os 5 e os 10 dias. Este posicionamento no mercado tem-se revelado diferenciador junto das empresas, e tem permitido crescer sustentavelmente a carteira global de investimento. Em 2018, conseguimos também alargar a nossa oferta de crédito para empresas de maior dimensão com necessidades de financiamento anuais entre os 250 e os 500 mil euros.

Em termos regulatórios, o ano 2018 fica marcado pelo registo da Raize (via a subsidiária Raizecrowd, Lda) junto da CMVM e pela revalidação da autorização de Instituição de Pagamentos junto do Banco de Portugal no âmbito da nova Diretiva dos Serviços de Pagamentos.

“A Raize é hoje uma das novas empresas mais conhecidas em Portugal”

Em 2018, a Raize concretizou com sucesso a sua entrada em bolsa, promovendo a entrada de 1 419 novos acionistas no capital da Sociedade. Esta foi a primeira operação de admissão à bolsa de Lisboa com a entrada de novos acionistas desde 2014. A entrada em bolsa teve também um impacto muito positivo ao nível do reconhecimento da marca, tanto junto de investidores como junto de empresas. De acordo com um estudo da multinacional Cision, a Raize foi a 4^a “Startup mais

¹ Valores referentes à rentabilidade acumulada bruta, após descontar os empréstimos incobráveis, do total de empréstimos realizados desde o início de 2015 a dezembro de 2018.

mediática” em Portugal no último ano, num ranking liderado pela Farfetch e Outsystems². Por fim, acreditamos que a entrada em bolsa da Raize foi também importante para ajudar a dinamizar o mercado de capitais português – uma das missões da Raize – merecendo por esse motivo a distinção de “ação do ano” pelo Jornal de Negócios³.

“Resultados positivos e sustentáveis”

Em 2018, as receitas do Grupo aumentaram 75% para um total 474 mil euros. O Grupo gerou um total de 1,1 milhão de euros em rendimentos, dos quais 0,6 milhões de euros em juros – pagos na íntegra aos investidores. Em termos globais, o Grupo apresentou resultados financeiros em linha com o previsto pela Administração, tendo gerado resultados positivos quando excluindo custos operacionais não recorrentes (“one-off”).

Estes resultados refletem a **estratégia de longo-prazo** do Grupo que consiste em promover de forma sustentável o **alargamento da base de clientes da empresa**. Uma base de clientes alargada permite à Raize ganhar escala no mercado português e disponibilizar, no futuro próximo, novos serviços em Portugal e no estrangeiro que irão potenciar a capacidade de geração de valor do Grupo.

“Outlook macroeconómico positivo para 2019, mas é importante continuar a investir”

Em termos macroeconómicos, 2018 foi mais um ano positivo para Portugal. Neste último ano, a economia portuguesa cresceu 2,1% (estimativa do Banco de Portugal), registando níveis historicamente baixos de desemprego e de défice. Há vários anos que a economia apresenta indicadores económicos positivos para os quais têm contribuído a evolução positiva do investimento privado e das exportações, assim como da confiança dos consumidores e do clima económico (em Portugal e na Europa). A boa prestação da economia nos últimos anos coloca Portugal, as empresas e as famílias numa posição sólida para abordar os desafios de 2019.

No entanto, são de salientar alguns riscos para a economia portuguesa, entre eles, uma possível subida das taxas de juro na zona Euro (com impacto no custo de financiamento das empresas e no orçamento das famílias), eventos que possam colocar em causa a imagem do país junto de redes empresariais e turísticas (atentados, greves, paralisações), e/ou uma crise política internacional (negociações Brexit, crise Italiana, “Guerra comercial” entre os EUA e a China).

“Estamos a preparar o lançamento de novos serviços como o *marketplace* de depósitos”

Uma das estratégias do Grupo passa por alargar o leque de serviços que disponibiliza aos milhares de investidores e empresas com quem trabalha. Nesse sentido, será lançado durante o ano de 2019 o *marketplace* de depósitos bancários da Raize. O *marketplace* de depósitos vai permitir aos milhares de clientes da Raize aplicar as suas poupanças com taxas de juro mais atrativas junto de bancos nacionais e com o capital abrangido pelo Fundo de Garantia de Depósitos. Sabendo que

² “Quais as startups mais mediáticas em Portugal?”: Estudo realizado pela Cision, líder global no fornecimento de serviços para planeamento, contacto, monitorização e análise dos media, com o apoio da Corpcom, agência portuguesa de comunicação, e publicado a 6 de novembro 2018.

³ “Foi o ano da Raize, mas podia ter sido de mais”, em Jornal de Negócios, edição de “Weekend”, dias 21 e 22 de dezembro de 2018.
Nota: todos os dados financeiros e operacionais a 31 de dezembro de 2018.

existem hoje, em Portugal, cerca de 143 mil milhões em depósitos bancários de particulares, dos quais cerca de 84% auferem uma remuneração inferior a 0,18%/ano⁴, este novo serviço vai ajudar a Raize a chegar a muitos outros portugueses.

“Queremos ajudar os portugueses a beneficiar mais do sistema financeiro”

Na Raize, acreditamos que o sistema financeiro deve funcionar para todos – e não apenas para alguns. É por isso que continuaremos a trabalhar ao longo de 2019 para consolidar o nosso posicionamento como um financiador de referência das PME e a desenvolver novos serviços de poupança, de investimento e de crédito que ajudem os portugueses a tirar o máximo proveito dos seus recursos financeiros.

Gratos pela vossa confiança.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Conselho de Administração da Raize Serviços de Gestão S.A.

José Maria Rego

Afonso Fuzeta Eça

António Silva Marques

⁴ Dados do Banco de Portugal referentes a novembro de 2018.

“A RAIZE TEM HOJE MAIS DE 44 MIL INVESTIDORES E É UM DOS FINANCIADORES DE REFERÊNCIA DE MÉDIO/LONGO-PRAZO DAS PME EM PORTUGAL, LADO A LADO COM O ESTADO E OS MAIORES BANCOS.”



40M

de pagamentos processados em 2018

+22M

investidos na economia à data

+44mil

investidores na Raize

+30%

retorno acumulado após perdas

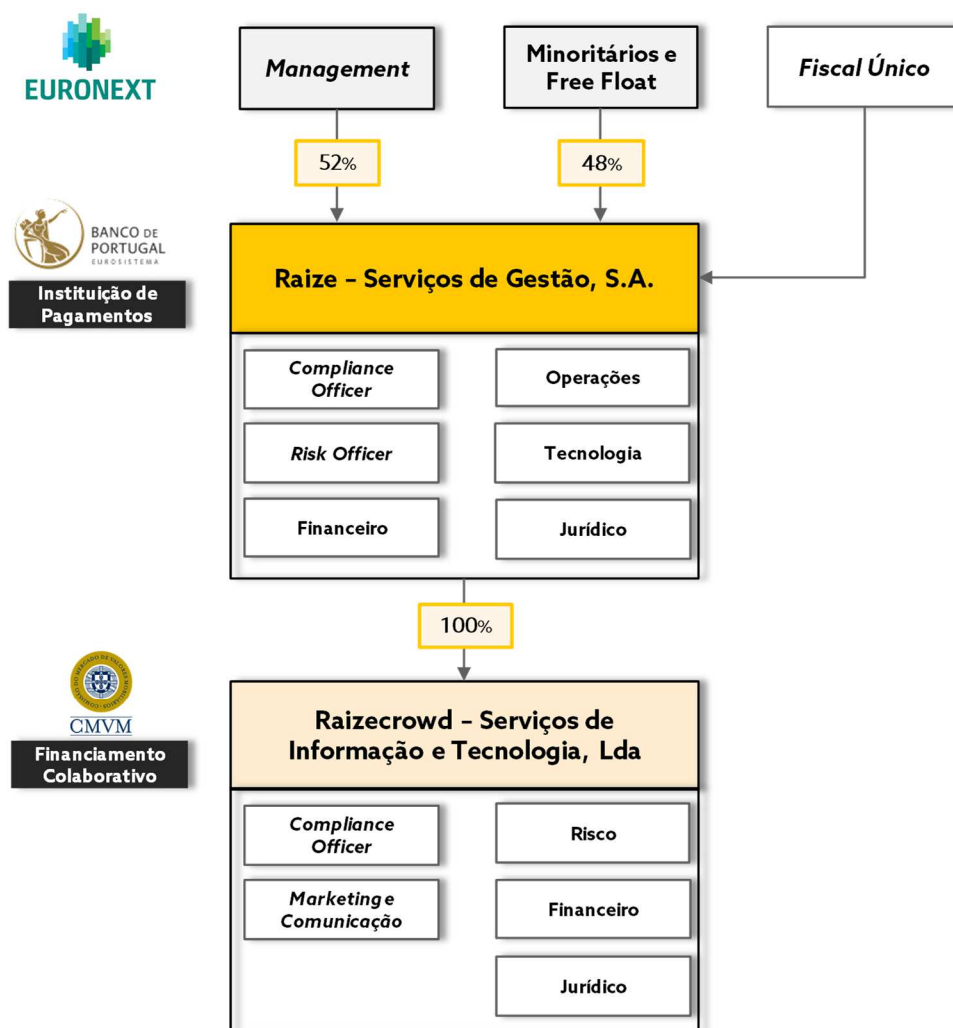
ESTRUTURA LEGAL E ORGANIZATIVA

A Raize - Serviços de Gestão, S.A. Sociedade Aberta, é uma instituição de pagamentos autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal, nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica (RJSPME). A Sociedade encontra-se registada com o nº 8711.

A Raize - Serviços de Gestão, S.A. é uma Sociedade Aberta cotada na Euronext Lisbon (mercado Euronext Access) com o identificador MLRZE.

A Raize é detentora de 100% da Raizecrowd - Serviços de Informação e Tecnologia, Lda que exerce a atividade de intermediário de financiamento colaborativo, encontrando-se registada para o devido efeito junto da CMVM.

O gráfico seguinte apresenta o organograma do Grupo Raize à data de 31 de dezembro de 2018:



PRINCIPAIS INDICADORES E DESTAQUES DE ATIVIDADE

INDICADORES FINANCEIROS

(VALORES EM EUROS)

	2016	2017	2018	V-%17/18
BALANÇO				
CAIXA E DISPONIBILIDADES	529,393	1 425 724	2 523 737	77%
ATIVO LÍQUIDO TOTAL	664,380	1 604 700	2 766 730	72%
RECURSOS DE CLIENTES	416,953	970 985	2 026 364	109%
CAPITAL PRÓPRIO ATRIBUÍVEL AOS ACIONISTAS	186,317	558 049	524 304	-6%
RENDIBILIDADE				
RECEITAS	95,033	271,814	429 655	58%
CUSTOS OPERACIONAIS RECORRENTES	-158,759	-279,952	-379 726	32%
RESULTADO OPERACIONAL RECORRENTE	-63,727	-8,138	49 929	-
CUSTOS EXTRAORDINÁRIOS (NÃO RECORRENTES)	0	0	-91 510	-
RESULTADO OPERACIONAL	-63,727	-8,138	-41 581	-
RESULTADO LÍQUIDO	-62,905	-20,968	-36 971	-
CAPITAL				
FUNDOS PRÓPRIOS (CÁLCULO REGULATÓRIO)	186,317	465,130	410 444	-12%
REQUISITO PARA FUNDOS PRÓPRIOS	125,000	125,000	125 000	0%

INDICADORES OPERACIONAIS DE PAGAMENTOS

	2016	2017	2018	V-%17/18
PAGAMENTOS				
NÚMERO PAGAMENTOS PROCESSADOS	235,331	592,204	3,819,465	545%
VOLUME DE PAGAMENTOS PROCESSADOS (EUR)	7,805,933	19,779,285	39,646,654	100%
VOLUME DE NOVOS FINANCIAMENTOS PROCESSADOS (EUR)	2,946,000	6,729,000	11,360,226	69%
VOLUME DE JUROS PROCESSADOS (EUR)	80,235	296,737	621,597	109%
VOLUME TOTAL DE NOVOS FINANCIAMENTOS (EUR)	3,701,500	10,430,500	21,790,726	109%
CLIENTES				
NÚMERO TOTAL DE UTILIZADORES	9,990	22,769	55,984	146%
PARTICULARES	7,493	16,185	44,424	174%
EMPRESARIAIS	2,497	6,584	11,560	76%
RECLAMAÇÕES REGISTRADAS	0	1	2	100%
RECLAMAÇÕES RESOLVIDAS	0	1	2	100%

DESTAQUES DE ATIVIDADE

39,6 milhões em volume de pagamentos processados em 2018

Base de +44 400 investidores registados

21,8 milhões investidos na economia portuguesa à data

30,4% de retorno acumulado realizado após perdas na área de crédito a PME

HISTÓRIA DA RAIZE

A Raize Serviços de Gestão, S.A. (Raize Pagamentos) é uma instituição de pagamentos autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal, nos termos do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras (RGICSF) e do Regime Jurídico dos Serviços de Pagamento e da Moeda Eletrónica (RJSPME). A Raize Pagamentos é a primeira instituição de pagamentos em Portugal dedicada ao financiamento da economia, disponibilizando uma plataforma completa de serviços que assegura a segurança, fiabilidade e monitorização de transferências, pagamentos e recebimentos de fundos de clientes.

2013 - 2015

Fundação da Raize Serviços de Gestão, S.A.

Aprovação de constituição pelo Banco de Portugal

Prémio "Startup do Ano" na Economia Digital (ACEPI) e Menção Honrosa Prémio Inovação NOS

Abertura do capital da Sociedade a investidores institucionais

2016 - 2017

Lançamento do mercado de cessões para investidores

Lançamento da aplicação para iOS e Android

Parceria de investimento com o Banco BNI Europa

Lançamento de novas modalidades de financiamento: Linha "Start" e Financiamento de Faturas

2018

1ª Sociedade registada como entidade gestora de plataforma de financiamento colaborativo (através de subsidiária)

Conclusão de oferta pública de venda de ações com a participação de 1 419 investidores e admissão à negociação na Euronext Lisbon (mercado Euronext Access)

Autorização do Banco de Portugal no âmbito da "Diretiva dos Serviços Pagamentos 2"

ORGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Maria Antunes dos Santos Rego (Presidente)

Membro do Conselho de Administração da Raize Serviços de Gestão, S.A., instituição de pagamentos autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal.

Private Expert para a Comissão Europeia em temas relacionados com a inovação, financiamento e empreendedorismo, membro do Innovator's Strategic Advisory Board para o G7 (presidência Italiana).

Mestre em Gestão e Finanças pela ESCP Europe (Paris) e pela Católica Lisbon School of Business and Economics.

Licenciado em Economia pela Nova School of Business and Economics.

Ex-gestor de projeto na divisão de serviços financeiros da consultora internacional "Oliver Wyman" com especialização em risco de crédito e experiência como Advisor para o Banco de Portugal e Ministério das Finanças Português e na realização de projetos de reestruturação bancária, resolução e de stress-testing de sistemas bancários nacionais e instituições financeiras europeias.

Afonso Fuzeta da Ponte da Cunha de Eça (Vogal)

Membro do Conselho de Administração da Raize Serviços de Gestão, S.A., instituição de pagamentos autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal.

Professor convidado na Nova School of Business and Economics.

CFA Charterholder.

Mestre em Finanças pela Tilburg Universiteit.

Licenciado em Economia pela Nova School of Business and Economics.

Ex-gestor de ativos e portfolio manager no fundo de investimento MATH FUND.

António José Ribeiro Silva Marques (Vogal)

Membro do Conselho de Administração da Raize Serviços de Gestão, S.A., instituição de pagamentos autorizada e supervisionada pelo Banco de Portugal.

Mestre e Licenciado em Engenharia de Redes de Comunicação pelo Instituto Superior Técnico (IST).

Ex-consultor na Deloitte, baseado em Lisboa e especializado em tecnologia para Serviços Financeiros, mais especificamente no desenvolvimento de aplicações para análise de risco de crédito, reporte financeiro e comercialização de seguros.

ASSEMBLEIA GERAL

João Freitas e Costa (Presidente)

Advogado da Sociedade de advogados PARES | Advogados

Tiago Gama (Secretário)

Advogado da Sociedade de advogados PARES | Advogados

FISCAL ÚNICO DA SOCIEDADE

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA. Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pessoa coletiva número 503 253 316, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o número 125, e inscrita na CMVM sob o nº 20161443, com sede no Edifício Atlanta II Rua Abranches Ferrão, no 10 -6º G 1600-001 Lisboa, representada pelo Dr. Pedro Nuno Ramos Roque, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas com o número 828.

Não existem relações de negócios entre a Sociedade e os Administradores além do relacionamento laboral e de trabalho em curso.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

PARTICIPAÇÕES SOCIAIS

A Raize Serviços de Gestão, S.A. Sociedade Aberta, é uma Sociedade anónima de duração indeterminada, constituída no dia 14 de novembro de 2013, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial e identificação de pessoa coletiva 510 896 197. A Sociedade tem a sua sede social e escritório na Rua Tierno Galvan – Amoreiras, Torre 3, 17º, 1070-274 Lisboa.

O capital social da Sociedade encontra-se totalmente realizado, ascendendo aos 575 000,00€ euros, representado por 5 000 000 ações nominativas, com o valor nominal de 0,115 euros cada.

Acionistas com participações no capital social da Sociedade em 31/12/2018:

TITULAR	31/12/2018		31/12/2017	
	# DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL	# DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL
JOSÉ MARIA ANTUNES DOS SANTOS REGO	1,218,833.00	24.38%	181,619.00	31.59%
AFONSO FUZETA DA PONTE DA CUNHA DE EÇA	1,262,180.00	25.24%	181,618.00	31.59%
ANTÓNIO JOSÉ SILVA MARQUES	121,186.00	2.42%	0.00	0.00%
POTUS LDA	404,954.00*	8.10%*	57,500.00	10.00%
FREE FLOAT E MINORITÁRIOS (participações não comunicadas, inferiores a 10% do capital social)	1,992,750.00	39.86%	154,263.00	26.83%
TOTAL	5,000,000.00	100.00%	575,000.00	100.00%

* Valor da participação assume realização do compromisso de venda em Oferta Pública de Venda Subsequente da Sociedade e período de *lock-in* definido no documento informativo da operação supra referida.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Enquadramento internacional: “Tensões políticas internacionais afetam conjuntura”

Em 2018, a atividade económica global subiu cerca de 3,7% (estimativas FMI), mantendo a tendência de crescimento moderado a que temos assistido nos últimos anos. O crescimento global permanece apoiado nas economias emergentes (acima de 5,0%), sendo que as economias têm conseguido manter um crescimento anual perto dos 2,0% - 2,5%, não obstante uma evolução menos positiva da Europa e do Reino Unido. Num contexto internacional politicamente atribulado, a economia global mostrou, em 2018, sinais de resiliência, perspetivando-se a manutenção dos níveis de crescimento para o próximo ano.

Durante o ano de 2018, a Reserva Federal Americana iniciou a sua política de subida das taxas de juro, aumentando o valor em 1,0p.p. Na Europa, aumentou também a pressão sobre o Banco Central Europeu para que inicie uma inversão na política monetária dos últimos anos o que pode vir a reduzir a liquidez dos bancos, fazendo subir as taxas de referência (Euribor) e o respetivo custo do crédito para as economias europeias. O BCE decidiu terminar o programa de compra de ativos no final de 2018.

O ano de 2018 fica também marcado pelo recuo dos mercados bolsistas. Após terem atingido máximos históricos a meio do ano, os índices recuaram na segunda metade, gerando um desconforto generalizado nos mercados financeiros. Este recuo foi atribuído pelos agentes de mercado a uma a) queda generalizada da confiança e do consumo (sobretudo na Europa e na China), b) subida das taxas de juro nos EUA, c) à “guerra comercial” entre os EUA e a China e ainda à d) incerteza económica, política e social provocada pelo “Brexit”.

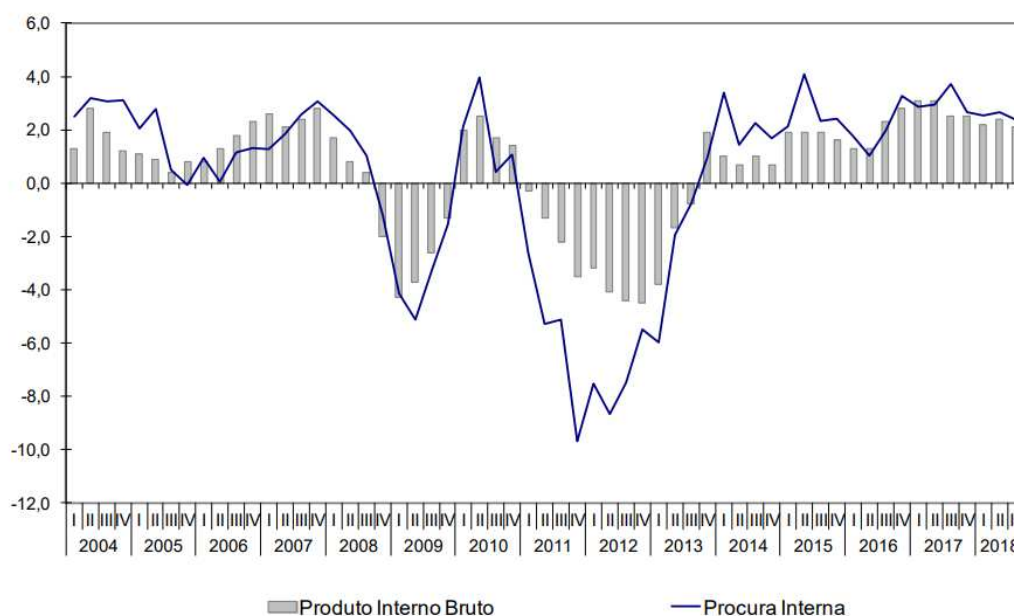
Enquadramento nacional: “É preciso continuar a investir em 2019”

Em termos macroeconómicos, 2018 foi mais um ano positivo para Portugal. A economia portuguesa tem registado um crescimento positivo nos últimos 20 trimestres (desde o 3º trimestre de 2013), ultrapassando largamente o período de crise financeira e económica vivida durante os anos de 2011 e 2012.

Neste último ano, a economia portuguesa cresceu 2,1% (estimativa do Banco de Portugal), registando níveis historicamente baixos de desemprego e de défice. Há vários anos que a economia apresenta indicadores económicos positivos para os quais têm contribuído a evolução positiva do investimento privado e das exportações, assim como da confiança dos consumidores e do clima económico (em Portugal e na Europa). A boa prestação da economia nos últimos anos coloca Portugal, as empresas e as famílias numa posição sólida para abordar os desafios de 2019.

EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO E PROCURA INTERNA VOLUME

(Ano de Referência=2011, taxa de variação homóloga)



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

A economia portuguesa vai continuar a crescer em 2019 embora a um ritmo mais lento face a 2017 e 2018. O enquadramento macroeconómico previsto pelo Banco de Portugal aponta para um crescimento de 1,8% (inferior a 2017 e 2018), o qual se deve sobretudo a um menor contributo da procura interna, nomeadamente do consumo das famílias, e uma desaceleração das exportações.

Apesar deste ligeiro abrandamento, o turismo em Portugal "continua na moda", e a impulsionar muitos setores como a hotelaria, restauração, alojamento e transportes. Segundo o INE, o número de hóspedes e dormidas estabilizou em 2018, apoiado no efeito positivo das dormidas de *residentes* que compensaram em certa medida um abrandamento do fluxo de *não residentes* (estrangeiros). Os mercados dos EUA e do Canadá foram os que mais contribuíram para crescimento do segmento internacional. Recorde-se que o ano de 2017 foi particularmente bom para o turismo nacional, onde se estima que o número de turistas estrangeiros tenha atingido 21,2 milhões, mais 17% em relação a 2016.

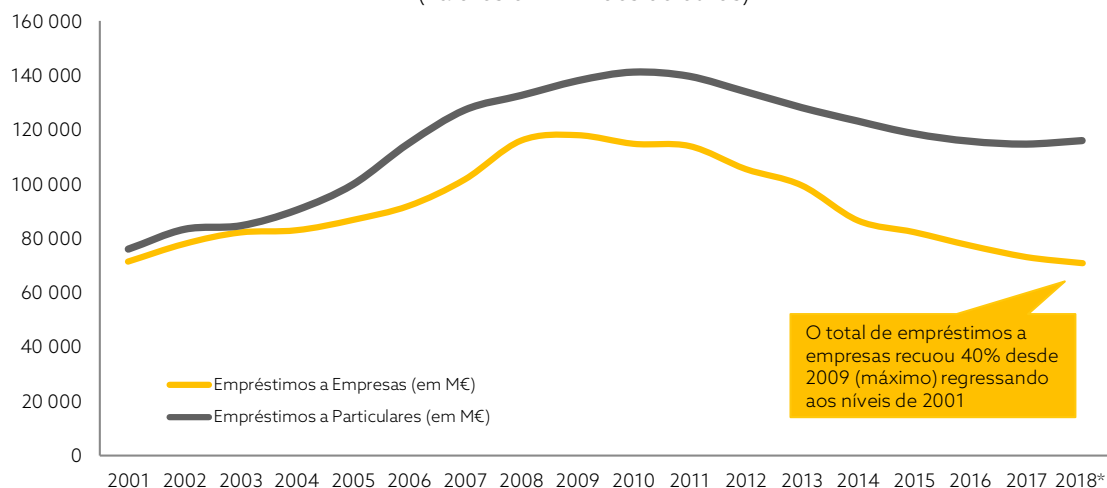
Durante o último ano, Portugal continuou a afirmar-se como um país bem posicionado para acolher o investimento direto estrangeiro, tanto de particulares como de empresas multinacionais. Só nos últimos 6 anos, e de acordo com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o programa de vistos *gold* motivou o investimento direto (sobretudo em imobiliário) de mais de 4,2 mil milhões em Portugal. Este investimento tem-se revelado importante para estimular o setor do imobiliário e da construção (um dos maiores da economia). Em termos de multinacionais, Google, Mercedes e Amazon são apenas alguns exemplos de empresas que estão a construir centros de operações em Portugal para aproveitar os recursos humanos locais e atrair mais talento. Segundo um estudo da consultora EY, Portugal apresenta-se hoje como um dos países mais atrativos da União Europeia para investir no curto-prazo.

Em termos de financiamento, os dados do Banco de Portugal confirmam uma nova contração do crédito bancário para as empresas. O total de empréstimos a empresas recuou 40% desde 2009

(máximo histórico) e representa agora cerca de €71 mil milhões. Os valores de crédito das empresas regressam assim aos níveis de 2001. No financiamento a particulares, regista-se uma estabilização do financiamento bancário. No geral, as famílias e as empresas reduziram significativamente o seu nível de endividamento face a 2009, estando hoje mais bem preparadas para gerir o abrandamento económico.

EVOLUÇÃO DE EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS A EMPRESAS E PARTICULARES

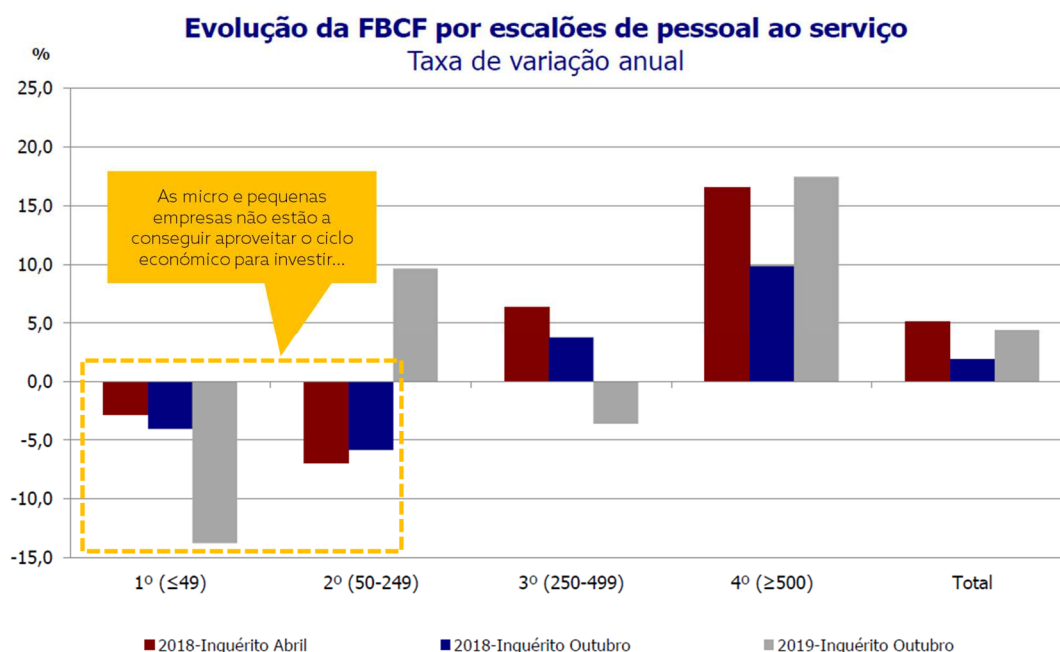
(valores em milhões de euros)



Fonte: Banco de Portugal, empréstimos concedidos por OIFM; Análise Raize.

* Nov-2018

É neste contexto de financiamento que as PME (em particular as micro e pequenas empresas) continuam, de forma generalizada, com dificuldades em investir no futuro. Apesar da boa conjuntura que atravessamos, um estudo recente do INE mostra que as micro e pequenas empresas são o único escalão de PME que não está a aproveitar o atual ciclo económico para investir e renovar a sua capacidade produtiva.



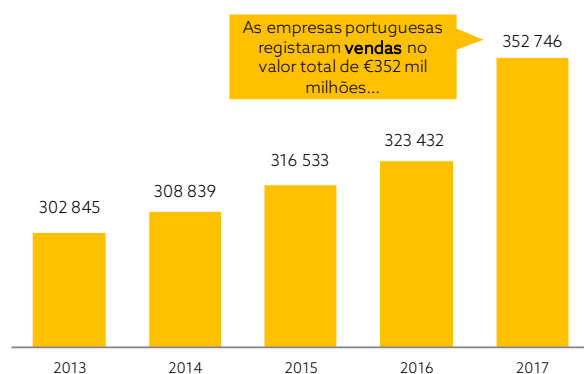
Fonte: INE, Inquérito de Conjuntura ao Investimento, outubro 2018. Análise Raize
Formação Bruta de Capital Fixo (Investimento) por número de empregados nas empresas.

Em termos de atividade económica, as empresas portuguesas têm vindo a aumentar as suas vendas anuais gradualmente ao longo dos últimos anos. Em termos de rentabilidade (EBITDA), os indicadores revelam uma melhoria ligeira, fazendo com que as empresas estejam hoje mais bem posicionadas para reagir ao "aumento da concorrência" esperado para 2019 e a um eventual abrandamento económico mais prolongado.

EVOLUÇÃO DAS VENDAS E RENTABILIDADE DAS EMPRESAS PORTUGUESAS

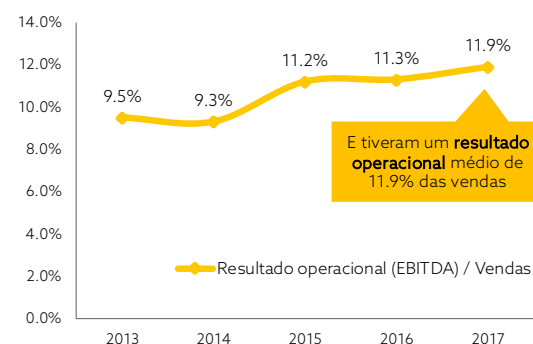
Evolução das vendas anuais das empresas portuguesas

Valores anuais em €M



Auxiliar de interpretação: As empresas portuguesas registaram vendas no valor de 352 mil milhões em 2017 e tiveram uma margem operacional (EBITDA) de 11.9% das vendas.
Fonte: Banco de Portugal, Análise Raize

Evolução da rentabilidade das empresas portuguesas



Em termos do Orçamento do Estado, apesar de haver poucas iniciativas dirigidas especificamente aos problemas das PME, a verdade é que também não foram identificadas iniciativas de maior risco

(pelo menos à data) que possam gerar constrangimentos à atividade empresarial em 2019. Foi proposto em concertação social o aumento do salário mínimo nacional (SMN) para €600, o que representa um aumento anual de 3,4% (€347 por trabalhador), o que está em linha com os incrementos registados nos últimos 18 anos (excl. os anos de 2012, 2013 e 2014). Historicamente, o crescimento do SMN tem seguido de forma próxima o crescimento da economia (embora superior).

No entanto são de salientar alguns riscos para economia portuguesa, entre eles uma possível subida das taxas de juro na zona Euro (com impacto no custo de financiamento das empresas e no orçamento das famílias), evento(s) que possam colocar em causa a imagem do país junto de redes empresariais e turísticas (atentados, greves, paralisações), e/ou uma crise política internacional (negociações Brexit, crise Italiana, "Guerra comercial" entre os EUA e a China).

EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE EM 2018

A atividade do Grupo encontra-se dividida em 2 áreas, nomeadamente:

- **Pagamentos:** área responsável pela gestão de contas e operações de pagamento e de apoio à atividade de financiamento;
- **Crédito a Empresas:** responsável pela originação e análise de oportunidades de investimento em crédito a PME (por via da subsidiária Raizecrowd);

Pagamentos

Em 2018, a Raize processou um total de 39,6 milhões de euros em pagamentos, sendo que destes, processou um total de 13,3 milhões de euros referentes a carregamentos e levantamentos das contas de pagamentos, 11,4 milhões de euros referentes a novos financiamentos, 5,3 milhões de euros referentes a cobranças e 4,3 milhões de euros referentes a transações entre utilizadores (mercado de cessões).

Durante o ano de 2018, a Raize obteve a revalidação da sua autorização como instituição de pagamentos por parte do Banco de Portugal, permitindo desenvolver a sua atividade no âmbito da nova Diretiva dos Serviços de Pagamentos que entrará em vigor no próximo dia 14 de setembro de 2019.

EVOLUÇÃO DOS PAGAMENTOS PROCESSADOS (valores em euros)

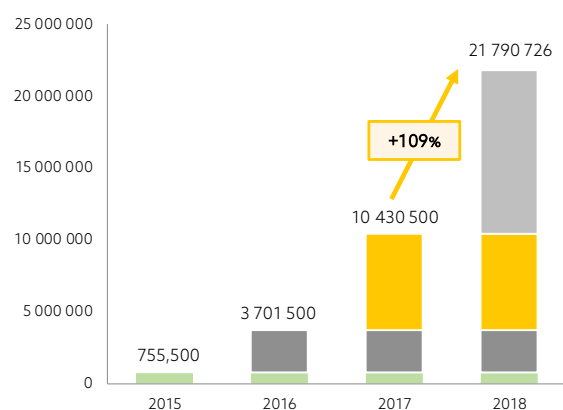
	2017		2018		Var 17/18	
	NÚMERO	VOLUME (EM EUROS)	NÚMERO	VOLUME (EM EUROS)	NÚMERO	VOLUME (EM EUROS)
CARREGAMENTOS E LEVANTAMENTOS DE CONTA	10 623	5 586 050	32 175	13 335 918	203%	139%
NOVOS FINANCIAMENTOS	337	6 729 000	481	11 360 226	43%	69%
COBRANÇAS	3 236	2 998 204	6 286	5 330 961	94%	78%
DOS QUAIS: PAGAMENTO DE JUROS (BRUTOS)	3 236	296 737	6 286	621 597	94%	109%
PAGAMENTO DE PRESTAÇÕES	566 300	2 998 204	3 689 234	5 330 961	551%	78%
CESSÕES ENTRE INVESTIDORES	11 708	1 467 827	91 289	4 288 587	680%	192%
TOTAL	592 204	19 779 285	3 819 465	39 646 654	545%	100%

Crédito a Empresas

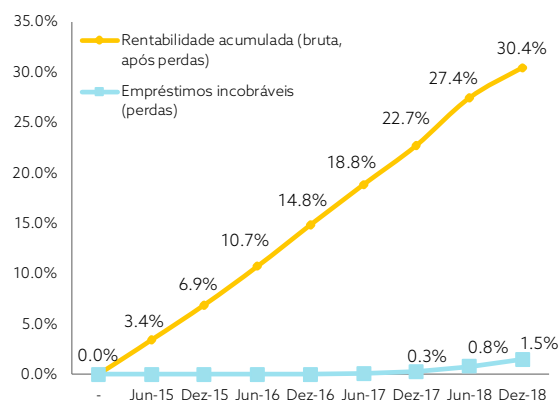
Na área do Crédito a Empresa, a Raize já investiu 21,8 milhões de euros na economia portuguesa, o que representa um aumento de 109% face ao total registado no final do ano de 2017. Em 2018, a rentabilidade média realizada foi de 6,47% (após perdas), em linha com os últimos 2 anos. No total, os investidores realizaram uma rentabilidade média acumulada de 30,4% (após perdas).

A Raize aumentou a sua base de investidores em 174% durante o ano de 2018. Para esse efeito, contribui o investimento realizado no lançamento da Oferta Pública de Venda durante o 1º semestre de 2018, o que levou a um aumento de notoriedade e reconhecimento do serviço e da marca por parte de um universo alargado de investidores.

EVOLUÇÃO DO TOTAL DE CRÉDITO FINANCIADO E RENTABILIDADE BRUTA REALIZADA

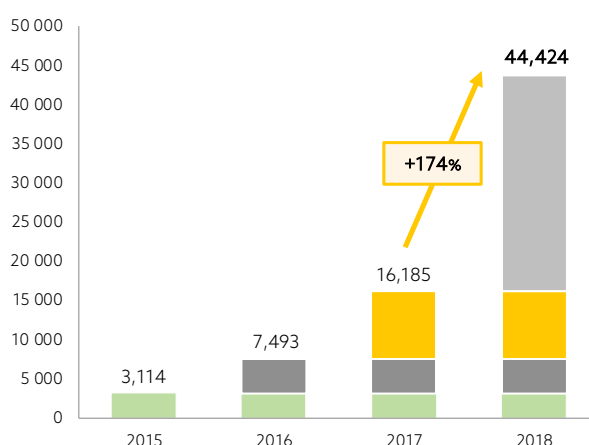


Nota: valores de 2015 incluem 52,5 mil euros de financiamentos realizados no 4.º trimestre de 2014.



Nota: Valores referentes à rentabilidade acumulada bruta, após descontar os empréstimos incobráveis (perdas) do total de empréstimos realizados através da Raize desde do início de 2015 a Dez-2018. Valores poderão variar dependendo do investidor. Empréstimo a empresas é um investimento de risco que pode resultar na perda total do seu capital. Rentabilidade histórica realizada não é representativa de rentabilidade futura.

EVOLUÇÃO DA BASE DE INVESTIDORES



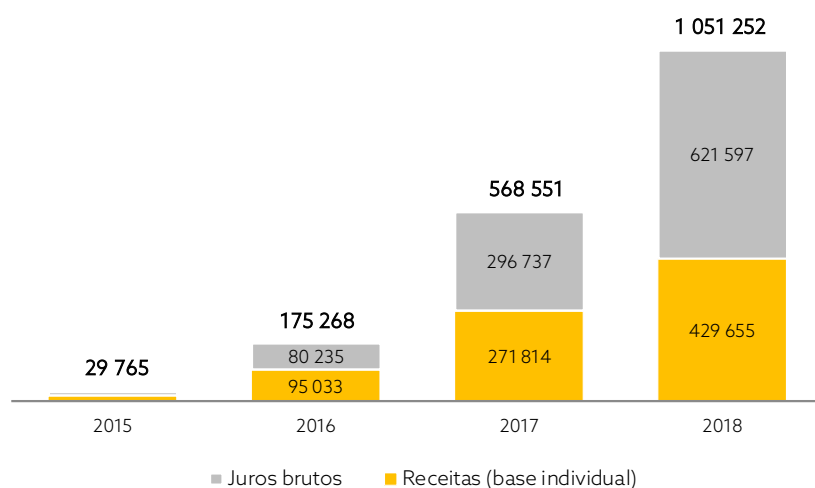
Do lado das PME, a Raize é hoje um dos financiadores de referência em Portugal. A Raize financia empresas de norte a sul, no continente e nas ilhas, com prazos de aprovação e formalização muito curtos – tipicamente entre os 5 e os 10 dias. Este posicionamento no mercado tem-se revelado diferenciador junto das empresas, e tem permitido crescer sustentavelmente a carteira global de

investimento. Em 2018, a Raize conseguiu também alargar a sua oferta de crédito para empresas de maior dimensão com necessidades de financiamento anuais entre os 250 e os 500 mil euros.

Resultados financeiros (em base individual)

A Raize gerou, em base individual, proveitos globais no valor de 429 655€ durante o ano de 2018, o que representa um aumento de 58% face ao ano de 2017. Para este resultado, contribui a evolução positiva do comissionamento associado ao crédito a empresas, potenciado por uma estratégia de aquisição de novos utilizadores e investidores através da disponibilização de um serviço de pagamentos e de investimento *totalmente gratuito*. O crédito originado através da Raize gerou um total de 621 597€ em juros brutos, que foram pagos na íntegra aos investidores. No total, a Raize gerou em 2018 rendimentos no valor de 1,1 milhão de euros.

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS E JUROS BRUTOS (valores em euros)



Os principais custos da Raize são em pessoal e marketing. Os custos com pessoal verificaram um aumento de 15% em resultado do aumento do salário médio dos colaboradores, necessário devido ao crescimento verificado em 2018 e esperado para os próximos anos.

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS (valores em euros)

	2017	2018	Var 17/18
Custos com pessoal	189 724	218 575	15%
Custos com marketing - recorrente	31 721	52 159	353%
Custos com marketing - não recorrente ("one-off")	0	91 510	
Tecnologia e sistemas	11 160	19 987	79%
Outros	54 819	89 005	62%
Total	287 424	471 236	64%
Total (excl. não recorrente)	287 424	379 726	32%
Cost-to-income (excl. não recorrente)	106%	88%	-

Em termos globais, a Raize apresentou resultados operacionais antes de gastos com marketing de 102 087€, um aumento de 534% face ao ano anterior. O investimento em marketing aumentou 353%, devido ao **custo não recorrente** ("one-off") realizado com a Oferta Pública lançada no 1º semestre de 2018, e que totalizou 91 510€. Com base no investimento realizado, a Raize obteve, em base individual, um resultado operacional de -41 581€, em linha com os 3 anos anteriores, e um resultado líquido de -36 971,21€.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS

(valores em euros)



Nota: Custos de marketing de 2018 incluem o custo não recorrente ("one-off") da Oferta Pública lançada no 1º semestre de 2018, e que teve um custo total de 92 mil euros.

GESTÃO DE RISCOS

A identificação dos riscos da atividade é fundamental para avaliar a exposição da Sociedade ao elemento incerteza. Para cada uma das áreas foram identificados e avaliados os riscos inerentes, assim como o desenho dos controlos adequadas à sua mitigação. A Sociedade identifica como principais riscos os seguintes: operacional, sistemas de informação, estratégico, compliance e reputação.

A Sociedade implementa todos os mecanismos de gestão de riscos adequados à dimensão e complexidade da atividade. Em relação à atividade da Sociedade, expõe-se infra os principais riscos aplicáveis aos sistemas de gestão de riscos da Sociedade e modelos de quantificação, controlo e mitigação.

A tabela seguinte apresenta um resumo das principais métricas / controlos que a Sociedade utiliza para mensurar os riscos:

Risco	Modelos de quantificação e controlo	Tendência
Operacional	Mapeamento de processos; Análise por amostragem de operações; Entrevistas a colaboradores relevantes; Análise de reclamações de clientes;	Estável
Sistemas de informação	Monitorização contínua; Testes reais à execução e fiabilidade dos sistemas; Entrevistas a colaboradores relevantes;	Estável
Estratégico	Performance financeira mensal, trimestral e anual; Performance operacional mensal, trimestral e anual; Análise dinâmica de cenários de evolução do negócio;	Estável
Compliance	Abordagem com base no risco do cliente e/ou da operação/transação (risk-based approach); Testes de efetividade à implementação da política de BCFT;	Estável
Reputação	Performance financeira e operacional; Análise opinião pública e especializada;	Estável
Regulação	Análise dinâmica do impacto de alterações no modelo de negócio; Entrevistas a colaboradores relevantes; Mapeamento dos principais riscos para atividade;	Estável

Na gestão diária da Sociedade são utilizadas diferentes técnicas de mitigação/redução de riscos consoante a sua tipologia:

Risco	Técnicas de mitigação e controlo	Descrição
Operacional	Política interna para a padronização e automatização de processos; Sistemas redundantes para processamento de operações; Entrevistas com colaboradores relevantes;	Constante desenvolvimento de ferramentas internas que minimizem o erro humano nas diferentes áreas de atuação; Desenvolvimento de sistemas de redundância; Catalogação de potenciais riscos nos processos e análise dos eventos de risco como processo de desenvolvimento;
Sistemas e informação	Testes reais à execução e fiabilidade dos sistemas; Entrevistas com colaboradores relevantes;	Planeamento de contingência para diversos riscos informáticos / cibersegurança; Constante monitorização do sistema para avaliar adequação às necessidades do negócio e riscos expostos; Revisão regular da arquitetura de segurança;

Risco	Técnicas de mitigação e controlo	Descrição
		Revisão dos mecanismos de encriptação, codificação de algoritmos, certificados digitais;
Estratégico	Acompanhamento da atividade operacional e financeira face objetivos definidos pelo Conselho de Administração; Análise comparativa de cenários e opções tomadas.	Performance financeira mensal, trimestral e anual; Performance operacional mensal, trimestral e anual; Análise dinâmica de cenários de evolução do negócio;
Compliance	Monitorização constante da Sociedade; Conselho de Administração envolvido diretamente nas questões de compliance; Entrevistas com colaboradores relevantes;	Aplicação de sistema de alertas e monitorização de operações suspeitas de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo; Análise por amostragem de clientes, transações realizadas e respetiva documentação de suporte; Testes reais à execução de deveres e funcionamento dos sistemas automáticos de deteção de riscos; Controlo analítico das transações realizadas; Utilização de listagens de PEP e de pessoas sancionadas;
Reputação	Performance financeira e operacional; Análise opinião pública e especializada; Cultura de transparência e cumprimento;	A Sociedade acompanha de perto a perceção do mercado sobre a sua imagem; Monitorização contínua da solidez financeira da instituição; Monitorização contínua da evolução da base de clientes e performance operacional; Monitorização da opinião pública e especializada sobre a Raize;
Regulação	Monitorização e análise constante por parte da Sociedade. A Sociedade acompanha de perto a evolução da economia portuguesa e europeia;	Apresentação de cenários / estudos / indicadores ao Conselho de Administração para avaliação; Monitorização contínua dos desenvolvimentos regulatórios aplicáveis à atividade da Raize ou do grupo; Análise dinâmica do impacto de alterações no modelo de negócio; Entrevista com colaboradores; Mapeamento dos principais riscos para atividade;

OUTRAS INFORMAÇÕES E DECLARAÇÕES

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE SOBRE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

Os membros do Conselho de Administração declaram que: tanto quanto é do seu conhecimento, as demonstrações financeiras referidas anteriormente, dão uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade, de acordo com as referidas Normas e foram objeto de aprovação na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 15 de fevereiro de 2019. O Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sociedade no exercício de 2018.

INFORMAÇÃO NOS TERMOS DO ARTº 66 DO C.S.C

A Sociedade não tem quaisquer dívidas em mora ao Setor Público Estatal. A Sociedade não detém, não adquiriu, nem vendeu ações próprias. Em cumprimento da alínea b) do n.º 1 do art.º 66-A do capítulo VI do C.S.C., encontra-se expresso no anexo às contas, os honorários totais faturados durante o exercício financeiro pelo revisor oficial de contas, relativamente à revisão legal das contas anuais. A incorporação obrigatória das normas contabilísticas internacionais, encontram-se integralmente realizadas.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Tendo presente o disposto na alínea b) do nº 5 do artº 66º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho de Administração informa não ter conhecimento de quaisquer factos ou acontecimentos posteriores a 31 de dezembro de 2018 que justifiquem ajustamentos ou divulgações nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo naquela data, ou que afetem as situações e/ou informações nas mesmas relevadas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração da Sociedade propõe à Assembleia Geral que sejam transferidos para resultados transitados os resultados líquidos do período, no valor de -36 971,21€, na expectativa que resultados de exercícios futuros cubram o prejuízo do ano.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2019,

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – BASE INDIVIDUAL

BALANÇO ANALÍTICO A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	NOTAS	VALOR ANTES DE PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES, IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	31/12/2017
ATIVO					
CAIXA, SALDOS DE CAIXA EM BANCOS CENTRAIS E OUTROS DEPÓSITOS À ORDEM	(4)	2 523 736,57		2 523 736,57	1 425 724,42
ATIVOS FINANCEIROS NÃO NEGOCIÁVEIS OBRIGATORIAMENTE CONTABILIZADOS PELO JUSTO VALOR ATRAVÉS DOS RESULTADOS	(5)	1 826,85		1 826,85	946,21
INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADOS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	(8)	50 000,00		50 000,00	5 000,00
ACTIVOS TANGÍVEIS	(6)	7 360,36	6 560,53	799,83	3 177,51
ACTIVOS INTANGÍVEIS	(7)	60 450,00		60 450,00	54 450,00
ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES	(9)	3 646,00		3 646,00	2 674,00
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	(9)	53 410,28		53 410,28	38 469,27
OUTROS ACTIVOS	(10)	72 860,64		72 860,64	74 258,52
TOTAL DE ATIVO		2 773 290,70	6 560,53	2 766 730,17	1 604 699,93
PASSIVO					
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	(11)			153 471,20	16 850,99
RECURSO DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	(12)			2 026 364,32	970 985,11
OUTROS PASSIVOS	(13)			62 590,42	58 814,73
TOTAL DE PASSIVO				2 242 425,94	1 046 650,83
CAPITAL PRÓPRIO					
CAPITAL REALIZADO	(14)			575 000,00	575 000,00
OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	(15)			-13 724,56	4 016,97
RESULTADO DO EXERCÍCIO				-36 971,21	-20 967,87
TOTAL DE CAPITAL				524 304,23	558 049,10
TOTAL DE PASSIVO E CAPITAL				2 766 730,17	1 604 699,93

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	NOTAS	31/12/2018	31/12/2017
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	(16)	13,21	20,74
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(16)	-944,28	-2 049,02
MARGEM FINANCEIRA		-931,07	-2 028,28
RENDIMENTO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	(16)	429 654,75	271 813,92
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(16)	-1 342,59	-5 444,14
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	(16)	1 919,98	
PRODUTO BANCÁRIO		429 301,07	264 341,50
CUSTOS COM O PESSOAL	(17)	-218 575,41	-189 724,20
GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	(18)	-252 306,69	-90 227,35
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(6)	-2 377,68	-7 161,26
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		-43 958,71	-22 771,31
IMPOSTOS			
CORRENTES	(19)	-1 189,93	-2 978,54
DIFERIDOS	(19)	8 177,43	4 781,98
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-36 971,21	-20 967,87

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	31/12/2018	31/12/2017
RECEBIMENTOS DE CLIENTES	450 247,94	235 816,13
PAGAMENTOS A FORNECEDORES	256 082,38	90 127,08
PAGAMENTOS AO PESSOAL	215 917,40	172 574,81
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES	-21 751,84	-26 885,76
RECEBIMENTO/PAGAMENTOS DO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	-3 847,97	2 978,54
OUTROS RECEBIMENTOS/PAGAMENTOS	1 071 778,88	552 713,27
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (1)	1 046 179,07	528 806,05
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	880,64	519,58
INVESTIMENTOS EM PARTICIPADAS	94 638,73	
ATIVOS INTANGÍVEIS	6 000,00	
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS		7 000,54
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	13,21	20,74
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (2)	-101 506,16	6 501,70
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
INVESTIMENTOS EM PARTICIPADAS	30 443,42	
REALIZAÇÕES DE CAPITAL E DE OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO		392 700,00
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	150 000,00	
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
FINANCIAMENTOS OBTIDOS	26 159,90	29 631,10
JUROS E GASTOS SIMILARES	944,28	2 045,81
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (3)	153 339,24	361 023,09
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES (1+2+3)	1 098 012,15	896 330,84
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	1 425 724,42	529 393,58
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	2 523 736,57	1 425 724,42

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

A 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL	PRÊMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	575 000,00	0,00	0,00	4 016,97	0,00	-20 967,87	558 049,10
APLICAÇÃO DO RESULTADO DE 2017					-20 967,87	20 967,87	0,00
CORREÇÕES RELATIVOS AO ANO FISCAL 2017					-3 537,24		-3 537,24
REVERSÃO DE IMPOSTO DIFERIDO					6 763,58		6 763,58
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODOS						-36 971,21	-36 971,21
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	575 000,00	0,00	0,00	4 016,97	-17 741,53	-36 971,21	524 304,23

A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL	PRÊMIOS DE EMISSÃO	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	175 000,00	150 000,01	0,00	0,00	-75 777,96	-62 905,08	186 316,97
APLICAÇÃO DO RESULTADO DE 2016					-62 905,08	62 905,08	0,00
CONVERSÃO DE INSTRUMENTOS	150 000,01	-150 000,01					0,00
AUMENTO DE CAPITAL	48 951,00		343 749,00				392 700,00
CONSTITUIÇÃO DE RESERVAS LIVRES			-343 749,00	343 749,00			0,00
APLICAÇÃO DE RESERVAS LIVRES	201 048,99			-339 732,03	138 683,04		0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						-20 967,87	-20 967,87
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	575 000,00	0,00	0,00	4 016,97	0,00	-20 967,87	558 049,10

ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Raize Serviços de Gestão, S.A. é uma Sociedade anónima de duração indeterminada, constituída no dia 14 de novembro de 2013, com o número único de matrícula na Conservatória do Registo Comercial e identificação de pessoa coletiva 510 896 197. A Sociedade tem a sua sede social e escritório na Rua Tierno Galvan – Amoreiras, Torre 3, 17º, 1070-274 Lisboa.

O capital social da Sociedade encontra-se totalmente realizado, ascendendo aos 575 000,00€ euros, representado por 5 000 000 ações nominativas, com o valor nominal de 0,115 euros cada.

A Raize - Serviços de Gestão, S.A. é uma Sociedade Aberta cotada na Euronext Lisbon (mercado Euronext Access) com o identificador MLRZE.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas e elaboradas em base individual, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adotadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

Não foram derogadas quaisquer disposições da IFRS que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados da Sociedade.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas pela Sociedade na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação e mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos, com base no princípio do custo histórico. As demonstrações financeiras de 2018 são comparáveis com as demonstrações financeiras do ano de 2017.

3.2 Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1 Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente registadas ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida, deduzido das amortizações e perdas por imparidades acumuladas.

As depreciações foram calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, nomeadamente:

ATIVO FIXO TANGÍVEL	VIDA ÚTIL ESTIMADA
Equipamento básico	1 a 3 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registados como gastos no período em que ocorrem.

3.2.2 Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre o rendimento do período compreende o Imposto corrente e o Imposto diferido. A Sociedade regista o Imposto a pagar ou a deduzir no momento em que ocorre o facto gerador do Imposto, independentemente do momento de liquidação e cobrança do Imposto. O Imposto corrente é o Imposto sobre o rendimento que a fiscalidade determina que seja apurado no período, independentemente de o facto gerador de Imposto ter ocorrido ou não nesse mesmo exercício. O Imposto diz-se diferido quando o facto gerador de Imposto ocorre num determinado período, mas o seu reconhecimento pela fiscalidade acontece num período subsequente.

3.2.3 Instrumentos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros foram reconhecidos no balanço quando a Sociedade se tornou parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e passivos financeiros que apresentem as seguintes características, encontram-se mensurados ao custo:

- i. Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- ii. Tenham associado um retorno fixo ou determinado;
- iii. Não sejam ou incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria os seguintes ativos financeiros: clientes e outras dívidas de terceiros (deduzidos de perdas por imparidades), outros ativos financeiros (deduzidos de eventuais imparidades) e caixa e depósitos bancários (vencíveis a menos de 3 meses). Estão incluídos nesta categoria os seguintes passivos financeiros: fornecedores e outras dívidas a terceiros.

Os ativos financeiros incluídos nas categorias do "custo" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor ao ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados como perdas por imparidade no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal

diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é reconhecida em resultados como reversões de perdas por imparidade, não sendo permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

A Sociedade não reconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desse ativo financeiro e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. A Sociedade não reconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.2.4 Benefícios dos colaboradores

Os benefícios dos colaboradores classificam-se em: i) benefícios de curto-prazo; ii) benefícios de médio e longo prazo; iii) outros benefícios pós-emprego e iv) benefícios de cessação. A Sociedade apenas registou benefícios de curto-prazo, que incluem salários, ordenados, contribuições para a Segurança Social e gratificações (pagos dentro dos 12 meses).

O gasto relativo a participações e gratificações é relevado dentro do período em que o trabalhador prestou o seu contributo (desde que exista uma obrigação presente, legal/construtiva e que a mesma possa ser mensurada com fiabilidade).

3.3 Outras políticas contabilísticas relevantes

Não existe a conta Caixa. Os equivalentes de Caixa compreendem depósitos à ordem.

As contas que são utilizadas exclusivamente para as transações relacionadas com a atividade de serviços de pagamento, tendo a menção expressa "aberta por conta dos utilizadores do serviço de pagamentos".

As restantes contas são utilizadas exclusivamente para as transações relacionadas com a atividade corrente da empresa, nomeadamente pagamento de remunerações aos colaboradores e gastos gerais administrativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A Caixa e os equivalentes de caixa não têm qualquer restrição quanto à sua liquidez:

	31/12/2018	31/12/2017
CAIXA	0	0
DEPÓSITOS À ORDEM	2 099 728,05	1 425 724,42
OUTROS DEPÓSITOS BANCÁRIOS	424 008,52	0,00
TOTAL	2 523 736,57	1 425 724,42

5. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

As contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) foram reconhecidas como ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor. O FCT é um fundo autónomo, dotado de personalidade jurídica e gerido por um Conselho de Gestão. É um fundo de capitalização individual financiado pelas entidades empregadoras por meio de contribuições mensais. Estas contribuições constituem uma poupança a que se encontram vinculadas, com vista ao pagamento até 50% do valor da compensação a que os trabalhadores abrangidos pelo novo regime venham a ter direito na sequência da cessação do contrato de trabalho.

	31/12/2018	31/12/2017
CONTRIBUIÇÕES PARA O FCT	1 826,85	946,21
TOTAL	1 826,85	946,21

6. OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

As movimentações para cada classe de ativos, ocorridas no exercício em relato foram as seguintes:

	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	TOTAL
VALOR BRUTO NO INÍCIO	7 360,36	7 360,36
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	3 177,51	3 177,51
VARIAÇÕES DO PERÍODO	0,00	0,00
DEPRECIAÇÕES DO PERÍODO	-2 377,68	-2 377,68
SALDO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2018)	799,83	799,83
VALOR BRUTO NO FIM DO PERÍODO	7 360,36	7 360,36
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS NO FIM DO PERÍODO	-6 560,53	-6 560,53

As movimentações para cada classe de ativos, ocorridas no exercício anterior:

	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	TOTAL
VALOR BRUTO NO INÍCIO	24 998,90	4 961,36	29 960,26
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	18 749,18	1 690,05	20 439,23
VARIAÇÕES DO PERÍODO	-12 499,46	2 399,00	-10 100,46
DEPRECIAÇÕES DO PERÍODO	-6 249,72	-911,54	-7 161,26
SALDO NO FIM DO PERÍODO (31/12/2018)	0,00	3 177,51	3 177,51
VALOR BRUTO NO FIM DO PERÍODO	0,00	7 360,36	7 360,36
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS NO FIM DO PERÍODO	0,00	-4 182,85	-4 182,85

7. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foi o seguinte:

	VALOR BRUTO			AMORTIZAÇÕES			VALOR LÍQUIDO	
	31/12/2017	AQUISIÇÕES	31/12/2018	31/12/2017	AMORTIZAÇÕES	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018
SOFTWARE	54 450,00	6 000,00	60 450,00	0	0	0	54 450,00	60 450,00
TOTAL	54 450,00	6 000,00	60 450,00	0,00	0,00	0,00	54 450,00	60 450,00

O movimento ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi o seguinte:

Descrição	VALOR BRUTO			AMORTIZAÇÕES			VALOR LÍQUIDO	
	31/12/2016	AQUISIÇÕES	31/12/2017	31/12/2016	AMORTIZAÇÕES	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017
SOFTWARE	54 450,00	0	54 450,00	0	0	0	54 450,00	54 450,00
TOTAL	54 450,00	0	54 450,00	0	0	0	54 450,00	54 450,00

O ativo intangível reconhecido nesta rubrica corresponde a investimentos realizados no desenvolvimento da plataforma informática. Dado que o investimento continua em curso e que a Administração estima que o valor da plataforma é superior ao valor registado no balanço, não foram registadas quaisquer imparidades neste investimento.

8. INVESTIMENTO EM FILIAIS, ASSOCIADOS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o investimento em empresas subsidiárias registado pelo seu custo de aquisição, corresponde a:

	PARTICIPAÇÃO EFETIVA (%)		CUSTO DE AQUISIÇÃO	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
RAIZECROWD - SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA LDA.	100,00%	100,00%	50 000,00	5 000,00
TOTAL	100,00%	100,00	50 000,00	5 000,00

Durante o ano de 2018 foi realizado um aumento de capital na subsidiária no valor de 45 000€ elevando o capital social para 50 000€. Adicionalmente, foram realizadas prestações acessórias no valor de 48 121,28€ que estão registadas na rubrica de outros ativos da Sociedade.

9. ATIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES E DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, estas rubricas têm a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
ATIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES		
IRC A RECUPERAR	3 646,00	2 674,00
ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		
POR PREJUÍZOS FISCAIS	53 410,28	38 469,27
TOTAL	57 056,28	41 143,27

10. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 o saldo da rubrica Outros Devedores Diversos pode ser resumido como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
ENTIDADES RELACIONADAS		
RAIZECROWD, LDA	48 121,28	28 925,97
OUTROS DEVEDORES DIVERSOS		
CONTAS A RECEBER POR SERVIÇOS PRESTADOS	8 179,50	33 456,00
OUTROS DEVEDORES DIVERSOS	16 559,86	11 876,55
TOTAL	72 860,64	74 258,52

11. RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
EMPRÉSTIMOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS	153 471,20	16 850,99
TOTAL	153 471,20	16 850,99

12. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
RECURSOS DE CLIENTES	2 026 364,32	970 985,11
TOTAL	2 026 364,32	970 985,11

13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o saldo da rubrica de Outros Passivos pode ser resumido como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
SETOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO		
IVA A PAGAR	20 093,83	21 978,53
RETENÇÃO DE IMPOSTOS NA FONTE	7 917,84	6 245,95
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	3 527,92	4 602,13
OUTROS	1 189,93	3 438,95
ENCARGOS A PAGAR		
REMUNERAÇÃO DE COLABORADORES	19 807,40	17 149,39
CREDORES DIVERSOS	10 053,50	5 399,78
TOTAL	62 590,42	58 814,73

14. CAPITAL PRÓPRIO E OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

TITULAR	31/12/2018		31/12/2017	
	# DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL	# DE AÇÕES	% DO CAPITAL SOCIAL
JOSÉ MARIA ANTUNES DOS SANTOS REGO	1,218,833.00	24.38%	181,619.00	31.59%
AFONSO FUZETA DA PONTE DA CUNHA DE EÇA	1,262,180.00	25.24%	181,618.00	31.59%
ANTÓNIO JOSÉ SILVA MARQUES	121,186.00	2.42%	0.00	0.00%
POTUS LDA	404,954.00*	8.10%*	57,500.00	10.00%
FREE FLOAT E MINORITÁRIOS (participações não comunicadas, inferiores a 10% do capital social)	1,992,750.00	39.86%	154,263.00	26.83%
TOTAL	5,000,000.00	100.00%	575,000.00	100.00%

* Valor da participação assume realização do compromisso de venda em Oferta Pública de Venda Subsequente da Sociedade e período de lock-in definido no documento informativo da operação supra referida.

15. OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
OUTRAS RESERVAS	4 016,97	4 016,97
RESULTADOS TRANSITADOS	-17 741,53	0,00
TOTAL	-13 724,56	4 016,97

16. RENDIMENTO E ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 esta rubrica tem a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES		
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	13,21	20,74
JUROS E ENCARGOS SIMILARES		
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-944,28	-2 049,02
COMISSÕES RECEBIDAS		
POR SERVIÇOS DE PAGAMENTOS	429 654,75	271 813,92
COMISSÕES PAGAS		
POR SERVIÇOS PRESTADOS A TERCEIROS	-1 342,59	-5 444,14
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	1 919,98	
TOTAL	429 301,07	264 341,50

17. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
ORGÃOS DE GESTÃO		
REMUNERAÇÕES	38 120,00	58 342,00
ENCARGOS SOCIAIS OBRIGATÓRIOS	9 053,50	13 847,87
COLABORADORES		
REMUNERAÇÕES	136 837,29	94 319,71
ENCARGOS SOCIAIS OBRIGATÓRIOS	31 054,29	22 851,00
OUTROS CUSTOS COM O PESSOAL	3 510,33	363,62
TOTAL	218 575,41	189 724,20

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número de colaboradores ao serviço da Sociedade, distribuído pelas respetivas categorias profissionais, era o seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
ORGÃOS DE GESTÃO	3	2
COLABORADORES	4	5
TOTAL	7	7

18. GASTOS GERAIS E ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
COM FORNECIMENTOS	14 510,31	4 743,05
ÁGUA, ENERGIA E COMBUSTÍVEIS	1 496,94	983,49
MATERIAL DE CONSUMO CORRENTE	309,83	2 044,85
OUTROS FORNECIMENTOS E SERVIÇOS DE TERCEIROS	12 205,23	701,87
PUBLICAÇÕES	0,00	57,45
MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE	498,31	955,39
COM SERVIÇOS	237 796,38	85 484,30
COMUNICAÇÕES	4 866,12	3 362,07
RENDAS E ALUGUERES	21 581,18	14 185,38
DESLOCAÇÕES, ESTADAS E REPRESENTAÇÕES	11 902,95	10 538,23
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	0,00	705,22
PUBLICIDADE	52 158,66	31 721,00
OFERTA PÚBLICA E ADMISSÃO À NEGOCIAÇÃO	91 509,62	0,00
SEGUROS	587,87	1 236,80
SERVIÇOS JUDICIAIS, CONTENCIOSO E NOTARIADO	1 635,00	3 235,66
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	53 554,98	20 499,94
TOTAL	252 306,69	90 227,35

A fiscalização da empresa é realizada pelo Fiscal Único CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA., que emite com referência a cada exercício a Certificação Legal das Contas, tendo um honorário anual de 6 000,00€ acrescidos de IVA à taxa legal.

19. IMPOSTOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as principais componentes do gasto de imposto sobre o rendimento:

	31/12/2018	31/12/2017
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS DO PERÍODO	-43 958,71	-22 771,31
IMPOSTO CORRENTE	-1 189,93	-2 978,54
IMPOSTO DIFERIDO	8 177,43	4 781,98
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO	6 987,50	1 803,44
TRIBUTAÇÕES AUTÓNOMAS	-1 189,93	-2 978,54
IRC A PAGAR	-1 189,93	-2 978,54

No final do exercício de 2018, a Sociedade tinha prejuízos fiscais acumulados de 250 653,53 A Sociedade procede anualmente à reavaliação dos ativos por impostos diferidos.

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	Total
PREJUÍZOS FISCAIS	39 010,78	27 450,72	91 085,95	78 436,98	14 669,10	250 653,53
ATIVO POR IMPOSTO DIFERIDO	8 177,43	5 576,41	19 894,34	17 048,32	2 713,78	53 410,28

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1 Impostos e contribuições

Em cumprimento do artigo 21 do decreto-lei 411/91, de 17 de outubro, declara-se que a Sociedade tem as suas obrigações contributivas em situação regular com a Segurança Social e não se encontra em situação de mora por dívidas ao Estado.

20.2 Ações próprias

A Sociedade não detém ações próprias, nem efetuou quaisquer transações com ações próprias durante o período económico a que respeitam as demonstrações financeiras.

20.3 Acontecimentos após a data do balanço

Não ocorreram acontecimentos relevantes após a data do balanço.

O Contabilista Certificado:

O Conselho de Administração:

PARECER DA AUDITORIA

Relatório e parecer do Fiscal Único da Sociedade

Certificação legal de contas



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
RAIZE - Serviços de Gestão, S.A.

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, cumpre-nos submeter à vossa apreciação o relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pela Administração da **RAIZE - Serviços de Gestão, S.A.**, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e que compreendem o Relatório da Gestão, o Balanço, a Demonstração dos Resultados por Naturezas, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo.


Examinámos os registos e documentos contabilísticos, os quais se encontravam em boa ordem, em observância da lei e dos estatutos.

A apreciação dos documentos de prestação de contas e do Relatório da Gestão, permite-nos concluir que as demonstrações financeiras refletem de forma adequada a situação financeira e patrimonial da Empresa em 31 de dezembro de 2018.

Assim, somos de parecer que:

- a) As contas apresentadas pela Administração merecem aprovação;
- b) O Relatório da Gestão deve igualmente ser aprovado.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2019


Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda
representada por
Pedro Nuno Ramos Roque (R.O.C. n.º 828)

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE

Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6.º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO

Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2.º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt



W

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **RAIZE - Serviços de Gestão, S.A.**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 2 766 730,17 EUR e um total de capital próprio de 524 304,23 EUR, incluindo um resultado líquido negativo de 36 971,21 EUR) a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **RAIZE - Serviços de Gestão, S.A.**, em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro relativos ao período findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

CASCAIS, PÊGA MAGRO & ROQUE, SROC LDA
CAPITAL SOCIAL: 45.000 € | NIPC 503 253 316 | CMVM: 20161443 | OROC: 125

SEDE
Edifício Atlanta II, Rua Abranches Ferrão, n.º 10 – 6º G
1600 - 001 Lisboa - Portugal
Tel.: +351 217 203 300 | Fax: +351 211 454 314 | lisboa@sroc125.pt

DELEGAÇÃO
Rua Soeiro Viegas, n.º 21 – 2º Esq. B
6300 - 758 Guarda - Portugal
Tel.: +351 271 223 974 | Fax: +351 271 225 469 | guarda@sroc125.pt

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrição dos riscos de distorção material mais significativos identificados	Síntese da resposta dada aos riscos de distorção material mais significativos identificados
Recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos	
<p>Em 31 de dezembro de 2018 o saldo na rubrica de ativos por impostos diferidos ascende a 57 056,28 EUR e respeita aos prejuízos fiscais registados nos exercícios de 2014 a 2018. Estes prejuízos têm um prazo de recuperabilidade fiscal de 12 anos relativamente aos exercícios de 2014 e 2015 e de 5 anos relativamente aos exercícios de 2016, 2017 e 2018.</p> <p>De acordo com a IAS 12, um ativo por impostos diferidos deve ser reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis até ao ponto em que seja provável que exista um lucro tributável ao qual a diferença temporária dedutível possa ser usada, ou seja, quando em períodos futuros a entidade consiga obter lucros tributáveis aos quais possa deduzir os prejuízos fiscais anteriormente registados.</p>	<p>Análise do Plano de Negócios e da Previsão de Crescimento da atividade da RAIZE - Serviços de Gestão, S.A., referente à estimativa de evolução dos resultados antes de impostos e, consequentemente da recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos, para os períodos de 2019 a 2022.</p>

Investidores/Financiadores	
<p>Em 31 de dezembro de 2018 o saldo na conta 4082-Outros Recursos de Clientes (Utilizadores) ascende a 2 026 364,32 EUR. Esta conta contempla as quantias recebidas de investidores e os empréstimos concedidos a PME no decurso de 2018, correspondendo o saldo à diferença entre o investimento captado e o financiamento efetuado.</p>	<p>Procedemos à comparação entre os dados do ficheiro de controlo dos investimentos e financiamentos, fornecido pela RAIZE - Serviços de Gestão, S.A., e os movimentos constantes da conta 4082-Outros Recursos de Clientes (Utilizadores) na contabilidade em 2018.</p>

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e o desempenho financeiro da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas

conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliámos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicámos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

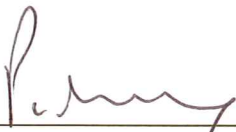
Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 9 de março de 2018 para um mandato compreendido entre 2018 e 2020.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

Lisboa, 15 de fevereiro de 2019



Cascais, Pêga Magro & Roque, SROC Lda
Representada por
Pedro Nuno Ramos Roque (ROC n.º 828)

Relatório e Contas para o ano de 2018

RAIZE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.

Sede:

Rua Tierno Galvan - Amoreiras,
Torre 3, 17º,
1070-274 Lisboa

Capital Social:

575 000,00 euros

Matriculada na Conservatória do Registo
Comercial de Lisboa sob o número único
de matrícula e de identificação 510 896 197
LEI: 635400WE6FMO9DZEEN37

Instituição de Pagamentos autorizada e
supervisionada pelo Banco de Portugal
com o nº 8711

Sociedade Aberta cotada na Euronext Lisbon
(mercado Euronext Access) com

Investor Relations:

Rua Tierno Galvan - Amoreiras,
Torre 3, 17º,
1070-274 Lisboa
ir@raize.pt

RAIZE